

RELATÓRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO APRM NO.14

MECANISMO AFRICANO DE REVISÃO PELOS PARES



RELATÓRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO

REPÚBLICA FEDERAL DEMOCRÁTICA DA ETÍOPIA

Janeiro 2011



SUMÁRIO EXECUTIVO

A. Introdução

- I. A Etiópia foi um dos países pioneiros que aderiram ao APRM em Março de 2003 e foi revisto pelos pares na 14ª Cimeira do Fórum de Abril, realizada em Adis Abeba, a 29 de Janeiro de 2011.

B. Antecedentes

- II. A Etiópia, um dos países mais antigos do mundo, teve uma história longa, variada e conturbada. Único entre os países africanos, durante seus três milénios de existência, a Etiópia nunca foi colonizada - com exceção de uma ocupação italiana de curta duração, 1936-41. No entanto, durante grande parte da sua história, a paz iludiu Etiópia, resultando em longos períodos de estagnação socioeconómica e política.
- III. Depois de séculos de domínio feudal monárquico, guerra civil prolongada, e o posterior governo por parte do regime Derg, a Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope (EPRDF) tomou o poder em 1991. Desde que assumiu o poder, o EPRDF foi enfrentando directamente vários desafios formidáveis: acabar com o regime autoritário e repressivo do passado e em seu lugar, instituir um sistema político constitucionalmente democrático federal. Este processo tem andado a par com o desmantelamento de uma economia de comando dominada pelo Estado e subdesenvolvida, e a introdução de uma economia de mercado.
- IV. Graças à forte vontade política e ao compromisso dos novos governantes e do povo da Etiópia, quase duas décadas de relativa paz e estabilidade política e a cooperação de internacionais parceiros da comunidade e de desenvolvimento, a Etiópia tem sido capaz de registrar realizações notáveis em todas as áreas temáticas do APRM. Pela primeira vez, um sistema político democrático federal foi introduzido pela Constituição do FDRE de 1994 que consiste de um governo federal e em nove estados regionais; a censura foi abolida na história moderna do país e uma imprensa privada vibrante foi multiplicada nas maiores áreas urbanas, especialmente em Addis Abeba. O povo etíope foi capacitado de eleger livremente seus líderes e quatro eleições parlamentares nacionais e regionais foram realizadas em 1995, 2000, 2005 e 2010, apesar de alguns desafios. Estes são passos de gigante na área da governação política. Na frente económica, também tem havido um progresso significativo. A Etiópia, desde então, emergiu como uma das economias não-petrolíferas em África de crescimento mais rápido, com crescimento de dois dígitos e com uma melhoria contínua na infra-estrutura e acesso aos serviços básicos.

C. Democracia e Governança Política

- V. A partir de uma ordem política imperial com bases do feudalismo, a Etiópia tem-se transformado num estado federal construído sobre os princípios da autonomia e autodeterminação de nações constituídas, nacionalidades e povos que permitem a separação, sob certas determinadas disposições constitucionais enraizadas. A Frente Etíope Popular Democrática Revolucionária



(EPRDF) tem sido o instrumento principal dessa transformação para um sistema democrático multipartidário federal que incentiva a autogovernarão e do desenvolvimento auto-suficientes.

- VI. Federalismo do país tem, no entanto, por vezes, foi criticado por "priorizar" identidades étnicas, "privilegiá-los" sobre outros tipos de identidade e, nesse processo aumentar a tensão étnica e o conflito. No entanto, de maneira importante, o federalismo da Etiópia é uma abordagem refrescante para governança. Isso é porque ele se afasta de considerar etnia como uma força social negativa ou uma política socioeconómica disfuncional. Em vez disso, enfatiza a positiva criatividade, o valor utilitário transversal da etnia para a democracia e o desenvolvimento, a consolidação da política e do desenvolvimento democrático como um processo de negociação, com base na mutualidade e reciprocidade entre os grupos étnicos e nacionais, que constituem os componentes fundamentais da demografia social e a tapeçaria política dum típico estado Africano. Este é realmente no espírito dos artigos 20 (1) e 22 (1) da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos¹. No entanto, como esta nova ordem é um trabalho em progresso, o seu sucesso depende muito da forma como as instituições políticas são consolidadas e sustentadas.
- VII. A Etiópia assinou e ratificou praticamente todos os seis instrumentos básicos nesta área temática, com a exceção de um importante tratado essencial - a Convenção sobre os Trabalhadores Migrantes e suas Famílias (CMW). O CRM ouviu que o governo não tinha ratificado os protocolos facultativos, especialmente aqueles que capacitam os indivíduos a reclamar sobre o governo no foro internacional.
- VIII. A Constituição Etíope contém a disposição amigáveis de direito internacional, que estipula que todas as convenções internacionais ratificadas podem ser invocadas e aplicadas nos Tribunais Etíopes sem qualquer Texto Legislativo necessário para esses tratados. Embora a lei Etíope seja amigável ao direito internacional, a Etiópia ainda não aplicou integralmente as convenções já ratificadas. Etiópia está atrasa nas suas obrigações declarativas acerca dos principais tratados internacionais sobre os direitos humanos. Por exemplo, a Etiópia fez sua primeira comunicação sobre a Convenção contra a Tortura, a Convenção Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e a Convenção Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais em 28/07/2009² desde que estas convenções foram ratificadas.
- IX. Uma série de grandes desafios, no entanto, devem ser abordados. Em primeiro lugar, as assimetrias políticas entre os estados regionais e resultante de desigualdades regionais deve ser construtivamente se aproximou. Da mesma forma, aplicando a política de equidade para corrigir desvantagens históricas de alguns grupos nacionais e étnicos, particularmente na educação e no serviço público, deve ser conciliada com o princípio do mérito. Um problema relacionado tem a ver com a natureza de abordagem de topo para a base dos processos de governança, que aparentemente é devido à aplicação do princípio regulador do centralismo democrático, tal como adoptada pelo partido no poder. O problema com o princípio do centralismo democrático é que não permitem compromissos e criação de consensos fora do quadro do partido no poder. O partido tende a exigir rigorosa disciplina partidária, mesmo até ao nível da comunidade local (bairros), desse

¹ Artigo 20(1) refere que "Todas as pessoas têm o direito à existência. Têm o inquestionável e inalienável direito à autodeterminação. Devem livremente determinar o seu estatuto político e assegura o seu desenvolvimento económico e social de acordo com a política que escolheram livremente" O artigo 22(1) estabelece que "Todos os povos têm direito ao seu desenvolvimento económico, social e cultural com o devido respeito perante a sua liberdade e identidade, e na igualdade de acesso ao património comum da humanidade".

² <http://www.unhchr.ch>



modo, às vezes, frustrante ou negando a política de descentralização. A rígida aderência ao centralismo democrático em um arranjo democrático multipartidário pode produzir uma governança e intolerância vinda do topo.

- X. Em terceiro lugar, há uma necessidade urgente de fortalecer as instituições transnacionais e de supervisão, como o Conselho Nacional Eleitoral da Etiópia, a Comissão de Direitos Humanos, Ética Federal e da Comissão Anticorrupção, e o Provedor de Justiça, entre outros, e desenvolver valores democráticos apropriados e cultura política que irá impedir que voltem a ser hegemônicas por um grupo nacional ou grupos de coligação nacionais e étnicos e permitir aos etíopes o sustento de um sistema de governação que encontra "maravilhoso na sua unidade e diversidade em sua beleza" - conforme declarou no seu credo.

Deve prevalecer a liberdade de expressão, garantida pelo artigo 29 da Constituição. Ainda são comuns os relatos de jornalistas, editores e editoras sendo perseguidos por supostas violações de leis de imprensa. Governo geralmente ameaça bloquear e fechar os centros de mídia por violação das leis de imprensa. Foi mencionada a vigilância da imprensa e jornalistas durante as eleições de Maio, na Etiópia. Por medo, os centros de mídia chegaram ao ponto de distorcer declarações públicas de políticos da oposição.

- XI. O CRM observa correntes de percepções, especialmente entre os grupos da oposição que as instituições críticas e agências como FEACC e o NEBE não são independentes. Embora o CRM não tenha dado nenhuma prova ou evidência concreta para apoiar essas percepções, eles são assinalados como potenciais pontos de inflamação. Envolvimento mais construtivo e demonstrável programas de vontade política da classe política é necessário para chegar a um consenso sobre a melhor forma de aumentar a capacidade de estas instituições críticas da consolidação democrática e da unidade nacional. Cabe ao governo criar um campo de jogo competitivo e nível para assegurar os Etíopes da indeterminação "ex-ante" do processo eleitoral e assegurar a credibilidade e legitimidade da sucessão política, mesmo após as eleições gerais de 2010.

D. Governança e Gestão Económica

- XII. Desde a queda do regime de Derg em Maio de 1991, a Etiópia tem assistido a uma vasta gama de reformas políticas na esfera económica. A economia de comando socialista, deu lugar a uma economia liberal orientada para o mercado.
- XIII. No geral, o Governo da Etiópia (GoE) continuou com as reformas que começaram com a introdução da estratégia de Industrialização de Desenvolvimento Rural-Led (ADLI) em 1992. A estratégia fornece a base para a posterior adopção de outras estruturas de desenvolvimento que estão a ser implementados, incluindo o Plano de Desenvolvimento Acelerado e sustentado pelo Fim da Pobreza (PASDEP), abrangendo o período de 2005/06-2009/10. No contexto destes programas de reforma económica e de redução da pobreza, objectivo macroeconómico primário do governo tem sido a promoção privada do crescimento rápido, amplo e sustentável liderada pelo sector que é suficiente para reduzir a pobreza. A meta da taxa de crescimento económico é de 7,0 por cento ao ano.
- XIV. Em padrões e códigos, a Etiópia assinou e ratificou vários padrões e códigos internacionais. No entanto, o CRM está preocupado que nenhuma informação pormenorizada ou suplementar tenha sido aproveitada pela equipe sobre (a) o estado da implementação dos tratados ratificados para



validar o desempenho desses padrões e códigos; (B) os mecanismos de controlo da aplicação das padrões e códigos ratificado; (C) o depositário central de padrões e códigos ratificados e adaptado ao contexto nacional; (D) e (e) o nível de consciência pública sobre normas e códigos ratificado. Além da implementação de normas e códigos financeiros, parecia haver pouco que o governo da Etiópia (GoE) estava a fazer para encurtar essa lacuna com excepção da participação das instituições financeiras internacionais para assistência técnica.

- XV. Sem dúvida, a performance de variáveis macroeconómicas no passado recente tem sido notável, apesar da prevalência de choques internos e externos para a economia. Realizações significativas foram feitas em várias áreas de crescimento económico, incluindo o controlo da inflação, criação de emprego, mobilização de recursos internos e declínio dos défices orçamentais, a promoção das exportações (em particular das exportações não-tradicionais), a segurança alimentar, o desenvolvimento do sector privado e do investimento.
- XVI. No entanto, o sólido crescimento económico e desenvolvimento considerável de mais valias entre 2003-2007 ficou sob ameaça em 2008, com o surgimento do duplo desafio macroeconómico de alta inflação e um equilíbrio difícil da situação dos pagamentos. O problema foi agravado pelos elevados dos combustíveis e pelos preços dos alimentos do mercado mundial e condições climáticas adversas. Estas ameaças têm moderado a maneira como o Governo da Etiópia tem tomado uma série de medidas nos últimos meses para resolver os problemas macroeconómicos (por exemplo, a restrição da política orçamental e a redução de financiamento governamental, mitigando o impacto dos preços elevados dos alimentos sobre os pobres, reduzindo o endividamento interno das empresas públicas, a contenção de massa monetária, e a depreciação gradual da moeda local).
- XVII. Uma das maioríssimas preocupações para a Etiópia são os actuais baixos níveis de mobilização de recursos internos e a dependência em grande parte sobre a entrada de recursos externos, em particular, no âmbito do programa para financiar esforços de desenvolvimento do país Protecção dos Serviços Básicos (PBS). Em tais reformas foram incluídas a reorganização do Ministério das Receitas e a sua substituição por um novo organismo autónomo - a Administração Fiscal e Aduaneira- implementação Nacional de um Número de Identificação Fiscal (TIN); a introdução do regime fiscal presumido, a fim de abordar o difícil grupo tributário; informatização da administração fiscal, e realização de educação tributária abrangente para melhorar o cumprimento dos contribuintes. As reformas produziram melhora significativa na colecta de desempenho das receitas internas no passado recente, apesar de permanecerem uma série de desafios. Estes incluem o vasto tamanho do sector informal e dos contribuintes fiscais que não mantêm livros contabilísticos adequados e / ou subvalorizam os seus rendimentos, corrupção e limitada capacidade humana para a supervisão.
- XVIII. Outro dos desafios é a necessidade de promover o fortalecimento e crescimento das Instituições financeiras. Mesmo que o número de bancos privados, agências bancárias e instituições de microfinanciamento continuem a crescer, o observado baixo nível de aprofundamento financeiro no país é um indicativo da necessidade de uma maior reforma do sector financeiro.
- XIX. Considerando todos estes elementos, o governo reconhece a necessidade de estimular ainda mais o crescimento económico; dar mais ênfase à agricultura e agro-indústrias, prestar o apoio necessário para o investimento do sector privado, as micro e pequenas-empresas (MSE) e



microfinanciamento, aumentar a mobilização de receitas, e por freio sobre o endividamento interno do governo.

E. Governança Corporativa

- XX. Como em muitos outros países africanos, o conceito de governança corporativa acaba de ser introduzida e está ainda na sua infância. Actualmente não existe qualquer código sobre governança corporativa. O Código Comercial de 1960 é o instrumento jurídico dominante e ele está a ser submetido a revisão e modernização. Há esforços para melhorar a estrutura em que as empresas operam e que contribuirá para melhorar a governança corporativa. Particularmente, os esforços estão em curso para estabelecer um mecanismo padronizado para a contabilidade, desenvolver um conjunto de planos de contabilidade para as SME e a criação de um Conselho Nacional de contabilistas Ajuramentados e auditores (NAAB). Até agora, a responsabilidade financeira é limitada pela ausência de padrões contabilísticos e de auditoria nacionais. A Etiópia também não tem qualquer estrutura específica, como um Instituto de Administração, que se concentre na promoção dos princípios básicos de governança corporativa e treine as partes interessadas.
- XXI. O número total de empresas registradas situou-se em 82.602 em 2008. Informações sobre a distribuição das empresas por tamanho, sector ou localização geográfica não está disponível mesmo que haja um consenso de que mais de 60 por cento das empresas estão localizadas em Addis Abeba.
- XXII. As empresas estatais (SOE) ou dominam ou operam em monopólio completo em sectores estratégicos como a geração e distribuição de energia, telecomunicações e transporte aéreo. No sector financeiro, mais de 50 por cento das actividades de crédito, principalmente para as famílias e as pequenas empresas, são controladas por instituições privadas de propriedade autóctone em áreas urbanas, enquanto as instituições de microfinanciamento respondem às necessidades e expectativas dos agregados em áreas rurais.
- XXIII. A Etiópia não tem uma bolsa de valores, mas tem a Bolsa de Mercadorias da Etiópia (ECE), que é predominantemente uma estrutura base.

F. Desenvolvimento Socioeconómico

- XXIV. Vários avanços também foram feitos em principais áreas de desenvolvimento socioeconómico. As matrículas em escolas primárias quadruplicaram, passando de 22 por cento em 1991 para 83,4 por cento em 2007/08, a mortalidade infantil quase para metade desde 204 por 1000 nascimentos em 1990 para 123 por 1000 nascimentos em 2007/08, e o número de pessoas com acesso a água potável mais do que duplicou, passando de 19 em 1990 para 52 em 2006/07. Mais recentemente, a redução da pobreza foi acelerada. A incidência da pobreza, que era de 46 por cento em 1995/96 e 44 por cento em 2000/01, desceu para 39 por cento em 2005/06. Não obstante estas conquistas, a Etiópia está longe de atingir alguns dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) até 2015, tendo em conta o baixo ponto de partida do país. Ao mesmo tempo e vinte e cinco anos depois de ter sofrido uma fome devastadora que matou mais de um milhão de pessoas, o país enfrenta a pobreza generalizada.

G. Principais Pontos Fortes e Desafios



Pontos Fortes

Símbolo da Resistência Africana

- XXV. Etiópia tem mantido - ininterruptamente - a sua velha independência desfrutando assim de uma posição única na África. Etiópia tem mantido - ininterruptamente - a sua velha independência desfrutando assim de uma posição única na África. Continua a ser um símbolo do espírito indomável de resistência Africana contra a dominação estrangeira.
- XXVI. Como resultado de não ter sido colonizado, o país tem alguns atributos únicos que podem ser orientados para o desenvolvimento. A Etiópia tem a Língua escrita mais antiga do continente que é o seu próprio alfabeto. O país também tem o seu próprio calendário, com base no calendário copta, que é cerca de oito anos atrasado em relação ao CALENDÁRIO GREGORIANO. Ele tem o maior número de Locais de Património Mundial pela UNESCO (8 de 78).

Alta Taxa de Crescimento do PIB

- XXVII. A Etiópia tem uma das economias que mais crescem no mundo, com um PIB anual de crescimento rápido. Em 2007 e 2008, com uma taxa de crescimento do PIB de 11,5 por cento, foi um dos que mais cresceram nas nações africanas não dependentes de petróleo.

Desafios

- XXVIII. Embora o progresso tenha sido notável para alcançar a busca de reformas políticas e económicas, o país ainda enfrenta uma série de desafios que, se não forem devidas e diligentemente abordadas, poderiam complicar sua busca para melhorar o bem-estar da maioria do seu povo.

Pobreza

- XXIX. Enquanto houve um desenvolvimento inigualável, a Etiópia ainda é um dos países mais pobres do mundo. A US \$ 340 (média do período 2007-09), por capita do produto interno bruto da Etiópia (PIB) é muito mais baixo do que a média da África subsaariana e apenas ligeiramente acima dos níveis alcançados no início de 1970. O Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas (HDR) 2009, recentemente classificada a Etiópia como sendo o 171 de 182 países pesquisados com uma pontuação HDI de 0,414.

Aprofundamento das Reformas Políticas de da Democratização

- XXX. Embora o povo etíope tenha demonstrado uma propensão para a participação política há contradições inerentes. O período desde 1991 testemunhou a criação de significativas instituições políticas e reformas democráticas na Etiópia, mas o processo político ainda é estreitamente controlado pela Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope. Há também um enorme défice no compromisso político por actores principais. Antes das eleições gerais de 2010, houve um aumento de tensão entre o há muito tempo enraizado partido no poder e a oposição. Mesmo após as eleições, a relação entre a oposição e o partido no poder na Etiópia é bastante tensa.



- XXXI. Os Etiópes em grande medida precisam transcender a histórica psique da vingança política, presunção, confronto e acções de divisão. O caminho para a democracia e a boa governança não é linear, mas acidentada. Tolerância, o pragmatismo, a cooperação e o compromisso são valores essenciais que ajudaram muito a democracia a funcionar sem problemas. Uma cultura de compromisso construtivo e de diálogo precisa ser cultivada para reconciliar as diferenças entre os políticos e também vis a vis a grande maioria da sociedade etíope. Não só é a democracia crítica para a Etiópia, mas é também a única garantia para a sobrevivência desta nação multinacional, multirreligiosa e multicultural / estado.

Promover a Segurança Humana

- XXXII. Apesar do estabelecimento de segurança e de protecção mínima desde 1991, a Etiópia enfrenta actualmente uma série de desafios de segurança que ainda poderiam impedir o progresso do desenvolvimento do país. O problema de segurança nacional em termos de insurgência de baixo nível contra dois movimentos separatistas - a Frente de Libertação Nacional de Ogaden (ONLF) e a Frente de Libertação Oromo (OLF) - ambas supostamente apoiadas por Eritreia - devem ser abordadas com urgência.

Estabelecimento de um papel claro para o Sector Privado

- XXXIII. O formal ou organizado sector Privado da Etiópia tem vindo a se recuperado da sua dizimação sob o regime de Derg, mas permanece tanto fraco como numa relação difícil ou ambivalente com o governo. Embora o governo EPRDP tenha tomado alguns passos para a reforma económica através da desregulamentação, liberalização, privatização e que "os lidera a um desenvolvimento da industrialização agrícola", o sector privado continua a ser relativamente pequeno, caracterizado por pequenas empresas, por baixa produtividade e um alto grau de corrupção.

Telecomunicações

- XXXIV. Embora a Empresa de Telecomunicações da Etiópia seja o operador pública mais antigo de telecomunicações na África, ainda é um monopólio e isso reprimiu a inovação e retardou a sua expansão. Apesar de enormes investimentos nos últimos anos nas infra-estruturas de redes fixa ou móvel sem fio, incluindo tecnologia de terceira geração móvel, bem como um alicerce nacional de fibra óptica, a Etiópia tem actualmente a segunda mais baixa taxa de penetração telefónica em África. A penetração no mercado móvel ainda é uma das mais baixas do mundo em pouco mais de 3 por cento. A penetração de linha telefónica fixa é ainda menor, e isso também tem impacto no desenvolvimento do sector da Internet. Na verdade, o Índice de Desenvolvimento do ICT 2010 que foi compilada pela União Internacional de Telecomunicações classificou a Etiópia em 154 de 159 países em todo o mundo.
- XXXV. A recente assinatura de um acordo de gestão entre a Telecom Francesa e o Operador Estabelecido Etíope ETC é um desenvolvimento encorajador. A Etiópia necessita seguir a evolução da tecnologia e responder às necessidades da sua comunidade empresarial e da população em geral e assegurar-se de que não é deixado de fora da revolução da informação.

H. Práticas Louváveis



O papel da Etiópia em África

XXXVI. **A Etiópia**, sem dúvida, desempenhou e continua a desempenhar um papel formidável na formação e no reforço da unidade Africana. Como sendo o emblema mais significativo da liberdade Africana na época colonial, o país teve um papel fundamental em levar os africanos a unir-se sob uma única organização, a Organização de Unidade Africana, criada em 1963 por 32 Estados africanos independentes. O país acolheu com sucesso a UNECA, que foi criada pela ONU em 1958 - cinco anos antes da criação da OUA em 1963.

Linhas Aéreas da Etiópia

XXXVII. As Linhas Aéreas da Etiópia com 66 anos de idade, é a companhia aérea Africana pioneira e uma das companhias aéreas mais seguras e rentáveis nos países em desenvolvimento. O Airlines, para além de facilitar a circulação em África (actualmente opera em 34 cidades Africanas) também proporciona pilotos e e treino básico em manutenção de aeronaves para estagiários de vários países africanos.

Programa de Desenvolvimento de Estradas na Etiópia

XXXVIII. Durante os 10 anos do Programa de Desenvolvimento do Sector de Estradas (RSDP 1997-2007), um pacote integrado de duas fases de investimentos, reformas e reorganização institucional que mais tarde foi alargado para incluir uma terceira fase até o final de Junho de 2010, o Governo da Etiópia tem sido capaz de reformar a sua rede rodoviária. Em total, mais de 75.000 quilómetros de estrada, incluindo as vias de acesso rurais, foram construídas ou reabilitadas.

Política Macroeconómica

A formação da política macroeconómica é geralmente baseada em princípios sólidos de suporte do crescimento económico como reflectido nos seguintes indicadores: fortes taxas de crescimento económico médio de 11,8 por cento entre 2003/04 e 2008/09; o sucesso do controlo da inflação, apesar das recentes dificuldades: os investimentos privados como acções do PIB subiram de 10,1 por cento em 2004/05 para 18,2 por cento em 2006/07; o rápido crescimento da poupança interna de 1 por cento do PIB em 2002/03 para 5,6 por cento em 2006/07; redução dos défices orçamentais de 16,4 por cento do PIB em 2002/03 para 8,6 por cento em 2007/08.

A Bosa de Valores de Mercadorias da Etiópia

XXXIX. A criação da Bolsa de Valores de Mercadorias da Etiopia (ECEX) em conformidade com a Declaração de Arusha e Plano de Acção sobre Produtos de Base Africanos de 2005 torna possível, por exemplo, para um comerciante na Índia comprar futuramente as apreciadas lentilhas etíopes. O ECEX espera criar um mercado agrícola seguro e transparente, onde a qualidade, entrega e pagamento estão assegurados.

O Domínio da Etiópia no seu Processo de Planeamento de Desenvolvimento

XL. A assertividade da Etiópia no planeamento auto-suficiente é bastante louvável. PASDEP é considerado pelos Parceiros de Desenvolvimento como um meio internamente desenvolvido para



plano nacional a longo prazo tanto para o Governo Federal como os regionais. A apropriação do processo de planeamento tornou possível lidar com a persistente falta de harmonização e alinhamento de políticas, procedimentos e programas entre vários países e agências doadoras apesar da Declaração de Paris sobre a efectividade da ajuda.

Padrão de Despesas a favor dos Desfavorecidos na Etiópia

- XL1. Os gastos na Etiópia a favor dos desfavorecidos é notável. Dados oficiais mostram que, em média, mais de 90 por cento do orçamento de capital do Governo é alocado para reforçar sectores sociais e de crescimento a favor dos pobres, tais como a agricultura, desenvolvimento rural e segurança alimentar, estradas, irrigação, abastecimento de água e saneamento, educação, saúde e HIV / AIDS.

A Abordagem da Etiópia para o Microfinanciamento e o Acesso aos Mercados

- XLII. Em resposta aos objectivos da ADLI e a necessidade de proporcionar o acesso ao financiamento para as pequenas empresas e aumentar o trabalho independente, a Etiópia deu grande ênfase os microfinanciamentos, assegurando que as instituições de microfinanciamentos são estabelecidas com as responsabilidades que cobrem todas as regiões. Não só tem um considerável número de instituições de microfinanciamento foram estabelecidas, mas também existem várias ramificações nas regiões que permitam fácil acesso de agentes económicos rurais. Além disso, a abordagem da Etiópia, em ligação com o acesso aos mercados de desenvolvimento para outras áreas (estradas rurais, a produção agrícola, a electrificação rural, e telecomunicações) é central na realização dos objectivos definidos no ADLI, especialmente para pequenos agricultores nos estados regionais.

I. Questões Fundamentais e Transversais

- XLIII. As fundamentais e transversais recorrentes, com ampla ramificação para as várias dimensões da governança, que emergem do presente Relatório de Revisão do País sobre a Etiópia são a seguir destacadas:

Resolver o Conflito Etiópia-Eritreia

- XLIV. Para além da dor imediata, horror, destruição e trágicas perca de vidas humanas, compelem a custos substanciais em matéria de governação. Na esfera política, debilitam a legitimidade do estado, ameaçando as suas instituições, a segurança dos direitos de propriedade, e o Estado de direito. Na esfera económica, as guerras devastam a economia e inibem o desenvolvimento e é por isso que um conflito violento é frequentemente descrito como "desenvolvimento em sentido inverso".
- XLV. Embora a sangrenta guerra de fronteira entre a Etiópia e a Eritreia (1998-2000) tenha formalmente terminado com a assinatura do Acordo de Argel, os dois países do Corno de África permanecem bloqueados num impasse aparentemente intratável. O actual estado de "nem guerra, nem paz" num frágil ambiente transfronteiriço só pode ter um valor limitado e uma duração provisória.
- XLVI. A Etiópia é o cadinho de cooperação regional e desenvolvimento e um líder na promoção da boa governação no assunto Regional Africano. Com o conhecimento e a profunda apreciação destes e de outros sucessos, o CRM está confiante de que o engenho e determinação do povo Etíope e do



empreendedorismo de seus líderes mais uma vez pode ser empregue para inspirar e liderar uma iniciativa sustentável, que levará o conflito Etiópia-Eritreia para além da fragilidade da "não guerra, não paz," afim de normalizar as relações entre a Etiópia e a Eritreia.

- XLVII. A liderança da Etiópia é chamada a ser inspirada não só pelas perspectivas de acabar com uma guerra com a Eritreia, mas mais importante ainda, pelas oportunidades de começar a transformação política, económica e social do Corno de Africa. Este é o desafio da Etiópia.

Promover a Inclusão e Diversidade de Gestão

- XLVIII. O federalismo da Etiópia, baseia-se no princípio de autonomia e autodeterminação das nações, das nacionalidades e povos, é projectado para confiar em sua força, coesão e a sustentabilidade da sua capacidade afim de assegurar eficazmente a participação significativa e inclusiva de todas as suas nações constituintes, nacionalidades e povos nas instituições críticas de governança, especialmente aquelas instituições que estão encarregadas com a responsabilidade de enfrentar o desafio de gerir a diversidade do país, coordenar seus vários níveis de governação e assegurar a prestação equitativa e distribuição de bens e serviços públicos.
- XLIX. O desafio que enfrenta o federalismo da Etiópia é o aprofundamento abrangente de processos participativos e o fortalecimento das instituições de governação política, económica e social que gerem a diversidade e fomentam a coesão nacional. Isto irá assegurar a justiça social para todos, a governação democrática e o fornecimento de bens e serviços públicos de maneiras que são considerados serem justos e equitativos pelos povos dos seus constituintes diversos estados regionais e unidades administrativas.
- L. Gerir a diversidade e garantir a total inclusão de governança deve também ser conseguida através do estabelecimento e fortalecimento das relações simétricas entre o governo federal e os estados regionais e os estados regionais entre si, para que as desigualdades regionais e os desequilíbrios históricos entre grupos nacionais possam ser tratados de forma eficaz. Relações simétricas eficazes são particularmente críticas na área da governação orçamental.

Alterações Climáticas, Vulnerabilidade e Insegurança Alimentar

- LI. A mudança climática global é uma das maiores ameaças para o meio ambiente, saúde e bem-estar geral de qualquer população. A manifestação mais gritante de desafios ambientais do país é a sua vulnerabilidade à insegurança alimentar recorrente e a fome.
- LII. A Etiópia já está a enfrentar uma série de desafios ambientais, exacerbados pelas mudanças climáticas. Etiópia sofre de insegurança fundamental e generalizada de alimentos, principalmente como resultado da periódica escassez de chuva. Secas, o mais importante de risco relacionados com o clima que afecta a Etiópia, estão a ocorrer com mais frequência, dando menos tempo o país para se recuperar antes do próximo evento, reduzindo a produção agrícola, e condenando milhões à insegurança alimentar.
- LIII. Apesar de alguns progressos indicadores na redução de pobreza, o país tem actualmente cerca de 8,3 milhões de pessoas que estão em insegurança alimentar crónica e outro 6,7 milhão de pessoas que enfrentam problemas transitórios com insegurança alimentar - uma população em constante



crescimento só é agravam esta situação. Há agora um consenso crescente entre os Etíopes e a comunidade de doadores que a assistência de emergência por si só, vai fazer muito pouco para resolver as fontes de insegurança alimentar e que num prazo mais longo, uma resposta mais sustentável é necessária. O desafio para o país é para corrigir o desequilíbrio entre a ajuda humanitária e a ajuda ao desenvolvimento e construir a resiliência para resistir e administrar impactos, enquanto se estabelecem as bases para uma recuperação económica sólida.

- LIV. Existem vários principais pontos de entrada para as estratégias de adaptação e de redução de riscos com o objectivo de aumentar a segurança alimentar, tendo em conta as alterações climáticas, que um país poderia adoptar. Só tendo sucesso em fazer avanços significativos em todas as frentes - aumentar a disponibilidade de alimentos, melhorar o acesso aos alimentos, e fortalecer a resiliência e desenvolvimento - poderá a Etiópia reduzir o risco de um aumento dramático no número de pessoas com fome. Mas há também o problema da população e a comida.

Dependência de Ajuda

- LV. Na Etiópia, os recursos externos estão a financiar cerca de um terço do orçamento nacional. Uma característica da assistência externa que a Etiópia recebe é a grande parte da ajuda humanitária e alimentar, o que tende a constituir entre 30-50 por cento da ajuda total.
- LVI. Apesar de a Etiópia ter uma elevada dependência de ajuda, a avaliação constatou a ausência de uma reflexão séria e discurso sobre a estratégia de saída da ajuda. Embora o objectivo seja reduzir gradualmente a dependência da ajuda, a autoridade do país vê maior desenvolvimento na escala da cooperação para o desenvolvimento de maneira necessária para cumprir os ODM.
- LVII. As reformas são, portanto, necessários para distanciar a Etiópia da ajuda. Auxílio deve igualmente ser canalizados para empreendimentos produtivos para reduzir os custos de fazer negócios, aumentar a produtividade e inserir produtos da Etiópia que sejam competitivos nos mercados internacionais.

Crescimento da População e Implicações Socioeconómicas

- I. Existe uma preocupação crescente entre os observadores quanto à capacidade da Etiópia lidar com as implicações de uma população crescente em relação ao crescimento económico, criação de empregos, segurança alimentar e prestação de serviços. De acordo com as projecções baseadas no censo de 2007, a Etiópia tem uma população de perto de 80 milhões. Está a preparar-se para ultrapassar o Egipto como segunda nação mais populosa da África depois da Nigéria. Os dados do relatório do Censo de Recenseamento Populacional da República Federal Democrática da Etiópia 2008 indica que a população da Etiópia estava crescendo a uma taxa de 2,6 por cento ao ano em 2007, em média, contra 2,5 por cento em 2005. Embora essa taxa não seja a mais alta entre os países africanos e mesmo que pareça ter-se estabilizado, deve ser considerada relativamente elevada quando examinada no contexto mais amplo dos esforços de desenvolvimento socioeconómicas que estão a ser feitos tanto a nível regional como no Federal. Além disso, existem disparidades entre as regiões com taxas médias de crescimento populacional de 4,1 por cento, 3,0 por cento e 2,9 por cento respectivamente em Gambella, Benishangul-Gumuz e Oromia. Com uma taxa de crescimento de 2,6 por cento ao ano, a população do país está no bom caminho para



duplicar nos próximos de 27 anos. Como mostrado na Tabela 7.1, em 2050, existiram mais do que 170 milhões de pessoas na Etiópia.

- II. Sem qualquer dúvida, os esforços acima mencionados poderiam representar grandes constrangimentos aos louváveis esforços envidados pelo Governos. Tais esforços incluem, entre outros, o propiciar uma educação de qualidade para todos, em especial a educação primária, estabelecendo números adequados de centros de saúde, especialmente nas zonas rurais, facilitando o acesso a infra-estruturas essenciais, como água e saneamento, electricidade, casas e à terra, e a redução substancial da pobreza.

Política Fundiária na Etiópia

- LX. Em toda a África, a terra é uma questão emocional e complexa. Constitui uma verdadeira fonte de poder na Etiópia imperial e contemporânea. No entanto, a terra é propriedade pública administrada pelo governo desde 1975 através de uma reforma agrária radical que trouxe fim ao abusivo tipo de relação que existia entre inquilinos e senhorios.
- LXI. A questão da terra, talvez mais do que qualquer outra questão política, é muito contestada. Um feroz debate político acerca da política fundiária apropriada está a ser travado. O debate tem sido amplamente realizado ao longo de dois argumentos diametralmente opostos sobre direitos de propriedade sobre a terra. O governo etíope continua a defender a propriedade estatal da terra em que só direitos de usufruto são concedido a proprietários de terras. A posição do governo, que enfatiza a função social da terra é contestada por defensores de uma privatização dos direitos de propriedade - o mais proeminente, A Associação Económica Etíope (AEA), alguns partidos políticos na oposição, e um número de entidades doadoras. Estes tendem a argumentar que a propriedade estatal da terra impede o desenvolvimento de um mercado de terras, desencoraja os agricultores a investir na terra, e, por isso o atraso na produtividade da terra, bem como incentiva o uso de práticas não sustentáveis.
- LXII. Uma avaliação do debate sobre a política de terra na Etiópia pela Missão do APR revela que há um infeliz foco sobre questões de propriedade e uma dicotomia de opiniões sobre a propriedade estatal contra a propriedade privada. Todos concordam com o objectivo global - para incentivar o crescimento da agricultura a favorecer os pobres - e isto é confirmado em documentos políticos e discussões de todos os lados do debate, mas continua a ser um ponto de atrito o que fazer com terra e a posse da terra, que urgentemente necessita de ser combatida.
- LXIII. Num futuro próximo, a Etiópia tem que fazer algumas escolhas difíceis sobre a sua política fundiária. O que é necessário é uma iniciativa cuidadosa e deliberada, apoiada pela investigação, para identificar uma combinação adequada de políticas e práticas que poderão suprir as deficiências da política fundiária e as suas consequências.

Corrupção

- LXIV. Existem diferentes opiniões entre as partes interessadas sobre a existência e a magnitude da corrupção na Etiópia. Apesar de desacordo sobre este ponto, as partes concordam que a corrupção é um problema grave que requer uma acção colectiva por todos os estratos sociais dos estados da



Etiópia. Fontes notáveis de corrupção geralmente foram identificadas com a cobrança de impostos, a polícia, a pobreza extrema, e a má governação ao nível da administração wereda.

- LXV. Embora não haja um consenso entre as partes interessadas etíopes sobre a importância e a propagação da corrupção, há um reconhecimento do papel que as instituições como o FEEAC desempenham na luta contra a mesma. No entanto, mesmo que o Governo etíope tenha dado passos significativos para combater a corrupção, com a criação do FEEAC, há uma necessidade de melhorar a referida estrutura e completar toda a infra-estrutura institucional para o combate e prevenção da corrupção. O FEEAC necessita ser mais independente para evitar a percepção de que está a ser usado como uma ferramenta para perseguir opositores políticos; e há necessidade de aprofundar a independência do sistema judiciário e dotar com os juizes bem treinados e competentes. O papel da mídia também é essencial e devem ser tomadas medidas para proteger a sua independência e reforçar a sua capacidade através de programas de formação específicos. Em paralelo, o Governo deve assumir a liderança no desenvolvimento e implementação de programas de sensibilização dirigidos a organizações da sociedade civil e a associações profissionais, em especial nas regiões.

HIV/AIDS

- LXVI. Etiópia enfrenta uma epidemia entre subpopulações e áreas geográficas, com uma taxa global de prevalência de HIV estimada em 1,4 por cento, tendo por base a análise de amostra de 5.700 homens e 5.300 mulheres com idades entre 15 e 49 que deram o seu consentimento esclarecido. Dentro das regiões individuais, estas amostras mostraram que a taxa prevalecente variou de 0,2 na SNNPR a um máximo de 6,0 por cento na Região Gambela. Enquanto as estimativas anteriores eram mais elevadas, a expansão dos dados de vigilância e análises melhoradas resultaram em estimativas significativamente mais baixas para 2005.

Integração dos Géneros

- LXVII. Enquanto a igualdade de género é um desafio comum em toda a África, o Governo da República Federal Democrática da Etiópia tornou prioritário para a sua política. Desde 1993, a Etiópia tem-se esforçado para integrar todos os aspectos da igualdade de género nos esforços de desenvolvimento político, económico e social. A criação de um Ministério das Questões da Mulher é um testemunho claro dessa vontade política, mas continuam a existir desafios em todas as áreas.
- LXVIII. Existem, contudo, obstáculos culturais e sociais que inibem o progresso. O baixo status caracteriza praticamente todos os aspectos das raparigas e a vida das mulheres. Tradicionalmente, as mulheres na Etiópia foram destinadas a rígidos papéis sociais, essencialmente, cozinhar e criar os filhos, e elas nunca tiveram voz nas decisões que lhes dizem respeito. A pesada carga de trabalho imposta sobre meninas muito novas, casamentos precoces e forçados, um papel subserviente tanto para com o marido como para com a sogra, as práticas tradicionais nocivas (HTP), incluindo a mutilação genital feminina (FMG) e extracção de dente de leite, são lamentavelmente coniventes para retardar o progresso na integração do género. De acordo com a pesquisa Demográfico e de Saúde da Etiópia (EDHS) em 2005, cerca de 73,3 por cento das mulheres etíopes de todas as idades foram submetidas à FMG. A prática está a declinar embora 62,1 por cento das mulheres com idades entre 15-19 tenham sido cortadas, em comparação com 73 por cento das mais velhas entre os 20-24.



Existem variações regionais, mas a região da Somali oriental tem a maior prevalência de 97,3 por cento seguida de Afar em 91 por cento. Além disso em Afar o corte envolve infibulação (ou Tipo III FMG), a remoção dos genitais externos. Além dos riscos imediatos de severa perda de sangue, choque e infecção, problemas a longo prazo associados à FMG incluem: infecções dos tratos urinário e reprodutivos, infertilidade e uma série de complicações obstétricas, tais como hemorragia pós-parto e morte do bebê.

- LXIX. Enquanto as mulheres e os homens são igualmente elegíveis para funções públicas e têm os mesmos direitos de voto, apenas uma pequena proporção de mulheres são realmente eleitas ou ocupam cargos governamentais seniores.